



CONTRATO Nº 154/2020

**CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO DE Nº 035/20, CARTA CONVITE Nº 001/20 OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA VIDA, VILA ESTRELA DO MACEIÓ – CUMARU DO NORTE - PA.**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de Direito, de um lado **MUNICÍPIO DE CUMARU DO NORTE** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº. 34.670.976/0001-93 com sede a Avenida dos Estados, nº 73, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida dos Estados, nº. 73 \_ Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 30.676.114/0001-17 neste ato representado pela secretária Municipal de Educação e Cultura Senhora Augusta Elias P. de S. Martins, brasileira, solteira inscrita no CPF nº 715.838.586-87, RG nº 4453224-SSP/PA, residente e domiciliada na Rua Minas Geais, s/n, Centro, neste Município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DANIEL JOSE RACHADEL SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 35.252.826/0001-22, com sede na Rua das Trincheiras, nº 194 – Sala 15 – Centro – João Pessoa-PB, CEP: 58.011-000, neste ato representado por sua representante legal, Sr. DANIEL JOSE RACHADEL, brasileiro, casado, Arquiteto e Urbanista, portador da Cédula de Identidade nº 62208090 - SSP/PR, e CPF nº 021.193.619-75, residente e domiciliado à Avenida Olinda, nº 458, Apto 202, Tambaú, CEP 58.039-121, na Cidade de João Pessoa-PB - PA, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta no PROCESSO LICITATÓRIO DE Nº 035/20, CARTA CONVITE Nº 001/20, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam e acordam as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato a execução de obra de reforma e ampliação da Escola Municipal Nova Vida, na Vila Estrela do Maceió – Cumaru do Norte - PA, em conformidade com o detalhado na planilha orçamentária, no memorial descritivo, no cronograma físico financeiro, croquis de dimensionamento obra e em observância ao detalhado no projeto básico, onde, as despesas decorrentes, serão custeadas através recurso próprio do Município de Cumaru do Norte - PA, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação conforme detalhado no instrumento carta convite, em observância ao descrito no anexo I - projeto básico e de acordo com os ditames da lei federal nº 8.666/93, instrumentos estes que fazem parte integrante do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO**

**2.1. - Dos preços**

2.1.1. - O Contratante pagará à Contratada, o valor global de **R\$ 173.498,83** (cento e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos), por conta da execução das obras descritas na cláusula primeira.

2.1.2. – O preço referido no subitem 2.1.1., inclui todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados, dentre eles fornecimento da mão de obra, acrescida dos



respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, transporte, hospedagem, alimentação, bem como fornecimento de equipamentos de veículos e equipamentos por conta da execução das obras conforme descrito na cláusula primeira.

## 2.2 – Do Pagamento

2.2.1. - O pagamento por conta de cada medição, será efetuado pela Tesouraria do Município, através (TED) ou (DOC) em nome da contratada, até o 10º (décimo) dia a contar da data da emissão da nota fiscal/fatura, devidamente empenhada.

2.2.2 – No ato do pagamento a Contratada deverá apresentar à Tesouraria cópia da guia de recolhimento dos encargos com o INSS (GFIP), do mês anterior, acompanhada das certidões comprovando a regularidade para com o fisco federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista, sob pena de retenção dos respectivos encargos.

2.2.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte formula:

$I = (TX/100) \times EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

## CLAUSULA TERCEIRA. – DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS E DA NOTA FISCAL

3.1. – As medições dos serviços deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da ordem de serviço, em observância à programação de valores conforme descrito no Cronograma Físico Financeiro.

3.2.- A Contratada deverá acompanhar a elaboração da medição dos serviços, realizada pelo engenheiro responsável pela fiscalização dos serviços.

3.3 - As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela Contratada, contra o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, devendo descrever no dorso das mesmas os valores em conformidade com a instrução normativa da Seguridade Social, e entregues à Secretaria Municipal de Educação, juntamente com cópia da medição, para encaminhamento ao setor de contabilidade para o devido empenho.



## CLAUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 Dos pagamentos devidos à Contratada serão descontados os valores de multa ou eventuais débitos daquela para com o Contratante, referentes a qualquer contrato entre as mesmas partes, sem obrigatoriedade de prévio aviso.

## CLAUSULA QUINTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1.- Os preços constantes deste contrato poderão ser revistos, na mesma proporção mediante acordo entre as partes.

## CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária;

15 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO  
12.361.0069.1-037 - Reforma e Ampliação de Unidades Escolares  
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
12.361.0069.1-036 - Construção Unidades de Escolas  
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

7.1. - Este contrato administrativo terá a vigência de 90 (noventa) dias, a contar da data da ordem de serviço.

7.2. – Em observância ao interesse público este contrato poderá ter sua vigência prorrogada, nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato.

7.3. - A execução deste contrato administrativo terá como regência legal o disposto na Seção IV – Dos Contratos - Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

## CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

## CLÁUSULA NONA - DA NOVAÇÃO

9.1. - Toda e qualquer tolerância por parte do Contratante na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesmo ser exigida a qualquer tempo.



## CLÁUSULA DECIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DAS OBRAS

10.1. – O Regime de execução das obras é “Indireta – Empreitada por preço unitário”, conforme prescreve o art. 6º da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

11.1 Constituir servidor devidamente qualificado, para acompanhamento da execução do contrato administrativo conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666/93.

11.2 Constituir servidor com qualificação em engenharia civil, na qualidade de fiscal de obras, para fiscalização e acompanhamento da execução das obras.

11.3 Notificar, formalmente à Contratadas quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços quando este declinar na qualidade dos serviços e ou descumprir as avenças contratuais.

11.4 Tão logo seja celebrado o contrato administrativo, expedir a respectiva ordem de execução de obra pautando, recomendando a futura contratada para que as obras sejam iniciadas no prazo de até 07 (sete) dias.

11.5 Realizar os pagamentos devidos em conformidade com o avençado na minuta do contrato administrativo.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. Dar início na execução das obras, mediante assinatura do contrato administrativo e recebimento da ordem de execução de obra de reforma e ampliação da Escola Municipal Nova Vida, Vila Estrela do Maceió – Cumaru do Norte - PA, por sua conta risco independentemente de fiscalização, devendo dar início na execução das obras no prazo de até 7 (sete) dias contados da data do recebimento da ordem de execução da obra, em conformidade com o descrito no instrumento carta convite, seus anexos, pautando para que a execução das obras sejam realizadas em conformidade com as normas legais, mantendo ainda na direção dos serviços de execução das obras, profissional (engenheiro) legalmente habilitado pelo CREA ou pelo CAU, devidamente registrado no seu quadro de empregados na forma da CLT, o qual deverá manter presença constante junto a obra e, que será seu preposto na tomada de qualquer decisão.

12.2 Fornece por sua conta e risco todo o material, equipamentos, maquinários, veículos e ferramental, bem como mão de obra que se fizerem necessários na execução das obras, pautando pela conclusão das obras em tempo célere, objetivando liberação dos logradouros para acesso da população, sob pena de incorrer em penalidades por descumprimento da obrigação.

12.3. – Substituir, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o pessoal cuja presença no local da execução das obras objeto desta licitação, que for julgada inconveniente pela fiscalização, incluindo-se o engenheiro responsável pela execução das obras.

12.4. – Analisar, do ponto de vista executivo, os documentos técnicos integrantes do contrato administrativo e comunicar ao departamento de engenharia do Município,



das eventuais desconformidades e ou vícios, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura do instrumento contratual, sendo que, a não comunicação não ensejará à mesma, no direito de reclamar no futuro quaisquer prejuízos que julgar haver sofrido por conta da execução das obras, quer administrativa ou judicialmente.

12.5. – Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do futuro Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato e seus anexos.

12.6. – Conduzir os serviços de execução das obras em conformidade com as normas legais, mantendo no local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, pautando pela observância às normas da ABNT.

12.7. – Manter no local dos serviços o livro de ocorrências, para uso exclusivo do departamento de engenharia para anotações de irregularidades encontradas na execução dos serviços, livro este que ao final das obras, deverá ser entregue ao departamento de engenharia para arquivos do Município.

12.8. – Concluir a execução dos serviços, no prazo avençado em cada ordem de execução de obra, pautando pela conclusão total das obras no prazo de até 90 (noventa) dias, sob pena de incorrer em penalidades legais.

12.9. – Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido no instrumento carta convite seus anexos e no presente instrumento contratual e os que apresentarem defeitos de material ou vício de execução, de acordo com a legislação aplicável.

12.10 – Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração ou terceiros.

12.11 – Confeccionar, instalar ou preservar, às suas expensas, desde o recebimento da ordem de execução de obras, placa identificando o valor da obra de acordo com as especificações detalhadas pelo departamento de engenharia, bem como instalar e preservar às suas expensas, placas e ou cavaletes de segurança, objetivando evitar acidentes com transeuntes e dos próprios profissionais envolvidos na execução das obras, isentando o Município de qualquer corresponsabilidade.

12.12. – Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, através do departamento de engenharia, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no local dos serviços.

12.13. – Prestar através do seu preposto (engenheiro), todo esclarecimento ou informação solicitada pela Administração, por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

12.14. – Paralisar, por determinação da Secretaria Municipal de Educação, através do departamento de engenharia, responsável pela fiscalização, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros.



12.15 – Arcar com todos os custos das demolições, reparações e reconstruções que seja obrigado a fazer em consequência de negligência, imprudência ou imperícia no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais.

12.16 – Arcar com todos os custos inerentes a mão de obra, acrescida dos respectivos encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços, isentando o Município de qualquer despesa e ou corresponsabilidade.

12.17 Reserva-se à Contratada, o direito de subempreitar os serviços, desde que esta avoque para si toda e qualquer responsabilidade pela execução dos serviços, objeto do presente contrato administrativo, devendo ainda, a subcontratada, assumir e enquadrar em todas as exigências descritas no instrumento carta convite, seus anexos.

12.18 O direito da subcontratação só será passível de ser pactuado mediante solicitação formal da Contratada, anexando ao instrumento (solicitação formal) a devida documentação da subempreiteira, dentre elas cópia do contrato social, cópia do contrato de execução de serviços, documentação comprovando a regularidade para com o fisco a nível federal, estadual e municipal e, desde que, devidamente acordada pelo Contratante.

A responsabilidade pela qualidade e presteza na execução dos serviços por parte da subempreiteira única e total da Contratada, portanto, não há que se falar em corresponsabilidade, em face da concordância na subcontratação por parte do Contratante.

12.20 A futura contratada se obriga a entregar as vias devidamente limpas (varridas) para acesso da população.

12.21 A futura contratada deverá dar garantia mínima de 05 (cinco) anos da execução das obras.

12.22 A futura contratada deverá emitir as respectivas medições em observância aos preços registrados nas suas respectivas planilhas orçamentárias e no que couber ao detalhado no cronograma físico financeiro.

12.23 A futura contratada de posse do contrato administrativo devidamente assinado pelas partes, deverá registrar a obra no CREA e junto à Receita Federal do Brasil, objetivando a obtenção da CEI – Cadastro Específico do INSS e apresentar estes documentos junto ao Departamento de Licitação para serem acostados ao processo, sob pena de comprometer o recebimento de valores oriundos de medições.

12.24 No ato da apresentação de nota fiscal objeto de medição é necessário a apresentação de cópia da CEI, juntamente com cópia da folha de pagamento, acompanhada de cópia das certidões comprovando regularidades para com o fisco Federal, FGTS, Trabalhista, Estadual e Municipal, certidões estas emitidas com a mesma data ou posterior a data da respectiva nota fiscal, sob pena do não recebimento do pagamento.



12.25 Orientar seus funcionários para tratar com urbanidade os servidores do Município designados para fins fiscalização das obras, bem como aos usuários das vias públicas onde estarão sendo executadas as obras.

12.26 Quando couber, dar preferência na contratação de mão de obra moradores do Município de Cumaru do Norte - PA.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

13.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização sobre a execução do contrato administrativo será exercida por um servidor da Administração devidamente constituído, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

14.2 A fiscalização de execução dos serviços, objeto desta licitação, será exercida por servidor do Município devidamente habilitado em engenharia civil.

14.3. A fiscalização de que trata o subitem anterior (14.2) não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

14.4. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços, se considerados em desacordo com os termos do presente contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta Licitação, erros ou atrasos na execução dos serviços e quaisquer outras irregularidades, o Contratante na pessoa de sua Autoridade Máxima Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública na esfera Municipal, Estadual ou Federal, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- c) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a Contratante promova sua reabilitação.



d) até 15 (quinze) dias, multa pecuniária no percentual de 0,03% (zero vírgula zero três por cento) por dia de atraso aplicado sobre o valor da obrigação;

e) superior a 15 (quinze) dias e limitado até 30 dias, multa pecuniária no percentual de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

f) Atraso superior a 30 trinta dias, multa pecuniária de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

g) qualquer descumprimento obrigação além dos previstos nas alíneas (d, e, f) que venha expor o ente público em prejuízo, será aplicada à contratada multa pecuniária no percentual de 10% (dez por cento) aplicado sobre o valor do contrato e na ocorrência de reincidência o percentual da multa será elevado para 20% (vinte por cento), a ser aplicado para o valor global do contrato, sujeitando ainda nas demais penalidades por descumprimento obrigacional, nos termos da lei federal nº 8.666/93.

15.2. A sanção de advertência de que trata o subitem 15.1, alínea “a” poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na execução do contrato;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

15.3. Pelo atraso ou descumprimento das notificações para regularização das falhas apontadas pela Contratante, a Contratada sujeitar-se-á à multa de mora de 0,03 (zero vírgula zero três por cento) ao dia sobre o valor contratual, sem prejuízo das demais sanções.

15.4. O valor das multas referidas na alínea “d, e, f” do subitem 15.1 e 15.3 poderão ser descontados de qualquer fatura ou crédito existente.

15.5. A penalidade estabelecida nas alíneas “a, b, c” do subitem 15.1, será da competência exclusiva da Autoridade Máxima Municipal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

16.1. - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

17.1. – A Contratada deverá solicitar, através de correspondência protocolada na Secretaria Municipal de Educação, o recebimento da execução dos serviços, tendo a Administração através do Departamento de Engenharia o prazo de até 02 (dois) dias para lavrar o “Termo de Recebimento Provisório dos serviços”, o qual terá validade de 30 (trinta) dias a contar da data da sua emissão.

17.2. – O “Termo de Recebimento Provisório” somente será lavrado se todos os serviços de execução dos serviços estiverem concluídos e aceitos pela Administração Municipal





e, quando em contrário, será lavrado o “Termo de Não Recebimento”, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a Contratada, após atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento dos serviços.

17.3. – Decorridos os 30 (trinta) dias do “Termo de Recebimento Provisório”, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período, a Administração através da Secretaria Municipal de Educação lavrará o “Termo de Recebimento Definitivo dos serviços/Termo de Encerramento de Contrato”, atendida as exigências constantes do subitem 17.4, cuja data será o referencial para análise do prazo contratual.

17.4 - O “Termo de Encerramento das Obrigações Contratuais” será emitido após a apresentação da CND – Certificado Negativo de Débito emitida pela Receita Federal ou pelo INSS, em conformidade com o número da CEI.

17.5 – A Contratada terá um prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da emissão do “Termo de Recebimento Provisório dos serviços” para apresentação do CND junto a Secretaria Municipal de Finanças a qual procederá a emissão do “Termo de Encerramento das Obrigações”. No caso de não apresentação da CND pelo Contratado, dentro do prazo avençado, a Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Finanças imporá a multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, procedendo o desconto em eventuais créditos que o Contratante possua junto ao Município, dentro os quais o valor da garantia contratual depositado conforme descrito no item 4.6 do instrumento licitatório e o saldo remanescente será lançado como dívida pública contraída junto ao fisco Municipal sujeito a cobrança via judicial.

17.6 - Os “Termos de Recebimento Provisório” e “Definitivo” e do “Termo de Encerramento de Obrigações Contratuais” não eximirá a Contratada das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor, desde que respeitado o prazo de 05 (cinco) anos de execução das obras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO**

18.1 As partes contratantes ficam vinculadas aos termos do edital, do anexo I – projeto básico, bem como ao teor da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 instrumentos estes que fazem parte integrante deste contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito, independentemente da não transcrição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 É vedado às partes transferir a terceiros qualquer ou obrigação prevista neste instrumento contratual, sem prévio acordo devidamente homologado pelas partes.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO**

20.1 É de total responsabilidade do Contratante, efetuar a publicação do extrato do contrato administrativo, dentro do prazo legal, conforme determina a legislação pertinente



**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

21.1 As partes elegem o foro da Comarca de Redenção - PA, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato, sob renúncia de qualquer outro por melhores condições que venha a propiciar.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Cumaru do Norte - PA, 10 de setembro de 2020.

*R. B. L. Martins*  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CNPJ nº 30.676.114/0001-17**  
**CONTRATANTE**

*[Signature]*  
**DANIEL JOSE RACHADEL SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA**  
**CNPJ nº 35.252.826/0001-22**  
**CONTRATADA**

Testemunhas: A) \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

B) \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_



PORTARIA Nº 004/2020-SEMEC

**DESIGNA COLABORADORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO ABAIXO.**

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUMARU DO NORTE - PA, no uso da competência que lhe foi outorgada e,

CONSIDERANDO, que cabe à Autarquia, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUMARU DO NORTE - PA;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

CONSIDERANDO a Norma Interna, a qual normatiza os procedimentos relativos ao fiscal dos contratos no âmbito do Fundo Municipal de Educação de Cumaru do Norte - PA.

CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I- Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao Fundo Municipal de Educação de Cumaru do Norte - PA.

II- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

III- Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

IV- Indicar eventuais glosas das faturas.

RESOLVE,

Art. 1º Designar os servidores **SÔNIA MARIA CORDEIRO**, Inscrita no CPF 865.488.081-34 e RG nº 4444877 SSP/GO, com o cargo de DIRETOR DE ENSINO E SUPORTE PEDAGÓGICO, matrícula 841/2010 como Fiscal Titular e **MARCIO SILVA ROCHA**, Inscrito no CPF: 913.628.652-49 e RG 4973848 PC/PA matrícula 2675/2017 com o cargo DIRETOR DE DIVISÃO como Fiscal Substituto dos contratos discriminados no termo de designação em anexo.

Firmados com a FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUMARU DO NORTE - PA no exercício de 2020, conforme disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Dados Complementares: Esta portaria será juntada com um termo de Designação direcionada para cada contrato conforme modelo em anexo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE - PA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



Art. 2º De ciência aos interessados.

Art. 3º Autue - se no processo.

Art. 4º Cabe aos dirigentes das unidades deste Instituto a responsabilidade pelo cumprimento e divulgação interna desta Portaria.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Cumaru do Norte - PA, 10 de setembro de 2020

  
AUGUSTA ELIAS PEREIRA DE S. MARTINS

Secretaria Municipal de Educação e Cultura



## TERMO DE DESIGNAÇÃO

Fica designado os servidores **SÔNIA MARIA CORDEIRO**, inscrita no CPF 865.488.081-34 e RG nº 4444877 SSP/GO, com o cargo de DIRETOR DE ENSINO E SUPORTE PEDAGÓGICO, matrícula 841/2010 como Fiscal Titular e **MARCIO SILVA ROCHA**, inscrito no CPF: 913.628.652-49 e RG 4973848 PC/PA matrícula 2675/2017 com o cargo DIRETOR DE DIVISÃO como Fiscal Substituto para gerenciar o contrato nº **154/2020**, celebrado entre o Fundo Municipal de Educação do Município de Cumaru do Norte e a **DANIEL JOSE RACHADEL SERVIÇOS DE ARQUITETURA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 35.252.826/0001-22. Tendo como Objeto: a execução de obra de reforma e ampliação da Escola Municipal Nova Vida, na Vila Estrela do Maceió - Cumaru do Norte - PÁ, em conformidade com o detalhado na planilha orçamentária, no memorial descritivo, no cronograma físico financeiro, croquis de dimensionamento obra e em observância ao detalhado no projeto básico, onde, as despesas decorrentes, serão custeadas através recurso próprio do Município de Cumaru do Norte - PA. Atendendo as exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993.

Cumaru do Norte, 10 de setembro de 2020.

  
Augusta Elias Pereira de S. Martins  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

  
SÔNIA MARIA CORDEIRO  
Fiscal de Contratos  
Portaria nº 004/2020

  
MARCIO SILVA ROCHA  
Suplente  
Portaria nº 004/2020